

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
ESPECIALIZAÇÃO EM
QUESTÃO AGRÁRIA

PÓS-GRADUAÇÃO "LATO SENSU"



Garanhuns

2019

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Identificação da Proposta

O documento ora apresentado compreende proposta de realização do “Curso de Pós-Graduação Lato Sensu” com Especialização em Questão Agrária, a ser oferecido pelo curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Garanhuns. O curso será inteiramente grátis para seus alunos, inclusive com gratuidade na inscrição para a seleção e na matrícula.

INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROPONENTE	
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	
UFRPE	CNPJ/MF: CNPJ: 24.416.174/0001- 06
Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros s/n Dois Irmãos Cidade: Recife UF: PE CEP: 52171-900 DDD/Telefone: (81) 3414-6060	
Unidade executora: Unidade Acadêmica de Garanhuns	Endereço: Avenida Bom Pastor, s/n, Boa Vista - CEP: 55292-270 - Garanhuns/PE

NOME DO CURSO	
“CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU em QUESTÃO AGRÁRIA”.	
NÍVEL	
Especialização.	
ÓRGÃO PROPONENTE E ÁREA DE CONHECIMENTO	
CURSO DE PEDAGOGIA. ÁREA DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO RURAL (7.08.07.03-5)	
CARGA HORÁRIA	
512hs de carga horária.	
RESPONSÁVEL PELO PROJETO	
Professor Doutor Caetano De Carli Viana Costa	Unidade de Ensino: Unidade Acadêmica de Garanhuns. Curso de Pedagogia

Justificativa

O curso de especialização em Questão Agrária vem a atender um dos espectros de formação da Universidade Federal Rural de Pernambuco, trabalhando os meios de

produção e o uso, posse e propriedade da terra, sob a ótica das ciências humanas, particularmente a sociologia rural, a história e a economia. Esse curso terá como alvo preferencial lideranças de comunidades rurais e movimentos sociais, com graduação, visando a qualificação desses agentes, prezando também pelo retorno social do conhecimento às comunidades beneficiárias.

O tema da questão agrária é muito relevante para se compreender a formação econômica brasileira e as distintas realidades sociais do Brasil. A formação desse curso proporcionará a seus estudantes conhecimento especializado que poderão ser usados para melhorar, aprofundar e desenvolver políticas públicas para o campo. Quando Kautsky definiu o termo questão agrária para explicar as relações entre terra, trabalho e capital na Alemanha, a questão da terra relacionava-se diretamente à agricultura e à pecuária, ao direito de propriedade, à reforma agrária, aos problemas de abastecimento alimentício de uma crescente população urbana e aos dilemas da produção camponesa versus produção capitalista e o contraponto de ambas com um tipo ideal de produção socialista (Kautsky, 1986). Esses termos continuam a ser importantes pontos de início de um debate sobre a questão da terra no início do século XXI, porém destaca-se que novas conjunturas remodelaram um conjunto de questões que trazem a temática da terra, com toda a pluralidade e a especificidade que a envolve, a um eixo central nas análises das ciências sociais sobre a contemporaneidade. Neste início de século, a questão da terra, da água, dos alimentos, dos minérios são eixos centrais de qualquer análise sobre a economia e a sociedade global, e deixaram de ser uma temática periférica nas ciências sociais (se é que alguma vez de fato foram periféricas). Atualmente, a questão da terra abrange tanto questões agrárias, quanto não agrárias, como envolve também a permanência de velhos problemas e debates. Essas questões são por vezes inter-relacionadas na prática empírica, mas, para fins analíticos, serão definidos alguns eixos centrais para esse debate (De Carli, 2014).

1 – A maior inserção do capitalismo financeiro no mercado de terras, na exploração agropecuária, na mineração e na privatização das fontes de água potável. Verifica-se que não necessariamente o mercado de terras se restringe na atuação de empresas do setor agropecuário e extrativista, mas muitas vezes incluem àquelas empresas que dantes não se vinculavam com esse setor (Oliveira, 2013). A compra de terras acelera-se independente da atividade econômica produzida, tendo, como protagonistas, empresas de software, bancos, empresas automotivas e o mais variado número de acionistas. Em momentos de crises econômicas globais, há uma tendência para esse tipo de investimento ser mais contínuo, com a compra de grandes extensões de terras a servir como fundo de reserva de mercado (Stédile, 2013, Oliveira, 2013). Nos ramos produtivos, o capitalismo financeiro global tende a monopolizar ou oligopolizar a produção agropecuária, a mineração, as fontes de água potável e as matrizes energéticas. No mercado de sementes e agrotóxicos, verifica-se essa tendência para a Monsanto, Bayer, Syngenta, Bunge e Cargil. No ramo da mineração, destacam-se as empresas: Suncor, Shenhua, Rio Tinto, Vale e BHP Billiton. A Coca-Cola Company e a Nestlé gradativamente seguem também a tendência de monopolizar o comércio de água potável global. No ramo de distribuição e logística, essa tendência verifica-se de duas formas, empresas em setores alimentares que detêm o monopólio de compra de produtos alimentícios a pequenos e médios produtores; ou redes de supermercados que centralizam a distribuição de produtos alimentícios em “marcas brancas”, muitas vezes produzidos em países onde a produção é menos onerosa, em concorrência desleal com pequenos

produtores locais. O mercado de alimentos se insere como um importante setor do capitalismo global, transformando o alimento numa mercadoria global, com seus preços oscilando em sintonia com o mercado financeiro e com a baixa ou a alta do dólar (Stédile, 2013). Em consequência disso, evidencia-se uma gradativa queda na produção camponesa e no número de pequenos e médios proprietários nas economias em que esse processo esteja mais avançado. Soma-se a esse fato que o preço da terra e dos alimentos sofre uma escalada progressiva global que vem causando, segundo relatos das Nações Unidas, o aumento da fome no mundo (De Carli, 2014).

2 – Um maior poder de expansão territorial da propriedade privada sobre a propriedade fundiária, em detrimento de outras formas de posse do território, como a posse comunitária, de grupos de camponeses, indígenas e quilombolas. A produção capitalista do espaço no mundo rural avança e se consolida em áreas de florestas, em territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de comunidades ribeirinhas, de pescadores (De Carli, 2014).

3 – Em detrimento a isso, ocorre, em termos de grupos sociais organizados, uma luta em torno de outras formas de territorialidades, de autonomia e reconhecimento para territórios tradicionais, e da relativização do direito de propriedade sobre a propriedade fundiária (Fernandes, 2013). Há uma nova importância de organizações sociais, ONGs e movimentos sociais camponeses, indígenas, quilombolas, de atingidos por grandes obras de energia, de atingidos pelo monopólio da água, de pescadores, de pequenos agricultores, de mulheres camponesas, de ambientalistas, movimentos eco-feministas, eco-socialistas. Nesse panorama, que se soma ao que tradicionalmente se chamou de luta pela terra (conflitos por direitos trabalhistas e por reforma agrária) a luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionais, como também de sua parcial ou completa autonomia política, jurídica, econômica, cultural e de identidade (Sauer, 2013 e De Carli, 2014).

4 – Uma crescente impotência política, típica do neoliberalismo, por parte dos Estados nacionais (Judiciário, Legislativo e Executivo) em mediar um confronto de interesses entre empresas transnacionais e grupos, comunidades e movimentos sociais prejudicados e atingidos diretamente por grandes investimentos no setor de mineração, energia, pecuária e agricultura extensiva, privatização da água e expansão da fronteira agrícola para zonas de povos tradicionais, como florestas e outros biomas naturais de populações indígenas, quilombolas, camponesas ou ribeirinhas. Numa situação de confrontos de interesses entre partes com poderes desiguais, atenta-se para uma situação que Santos denominou de fascismo social, na qual o lado mais forte consegue se impor sobre o lado mais fraco (Santos, 2003 e De Carli, 2014).

5 – A emergência de novas formas de lutas por direitos que convergem a uma temática comum: a terra. Com isso, o direito indígena, o direito quilombola, o direito dos povos, o direito das florestas, o direito da comunidade, os direitos humanos, o direito à alimentação, entrelaçam-se na temática do direito à terra. Essa nova convergência em torno da luta por tais direitos estabelece-se na práxis social das novas e antigas formas

de lutas dos movimentos e organizações sociais emergentes no campo e na cidade que vem a estabelecer uma relação de oposição aos atuais meios de inserção do capitalismo na ruralidade e do maior poder de expansão da propriedade privada sobre a propriedade fundiária (Santos, 2003 e De Carli, 2014).

6 – Uma reconfiguração da questão ambiental e sua associação com reivindicações dos camponeses, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos pescadores; mediando a formatação de outras perspectivas de produção, como, por exemplo, a agroecologia. Considerações ambientais mais tradicionais que assumem o discurso da possibilidade de uma catástrofe ambiental vir a destruir a vida no planeta, também se integram a alguns debates sobre a questão da terra, notadamente, a emissão de gases poluentes, a destruição de florestas, além de campanha de preservação de espécies (Santos, Meneses e Nunes, 2004 e De Carli, 2014).

7 – Novas formas de representação da terra emergem contrapondo-se a ideia iluminista de “natureza enquanto valor” como, por exemplo, natureza enquanto divindade, enquanto território comunitário, enquanto identidade e cultura de um grupo ou povo. Algumas questões da terra também passam a aglutinar a cultura de povos não-ocidentais que não necessariamente encaram a natureza como algo material, passando a considerá-la parte integrante de sua vida comunitária e de sua cosmologia (Santos, Meneses e Nunes, 2004 e De Carli, 2014).

8 – Novas formas de associação das temáticas da terra com a população urbana, como por exemplo: a segurança alimentar e nutricional, o controle no uso dos agrotóxicos e no uso de sementes geneticamente modificadas, o preço do alimento e o combate à fome (De Carli, 2014).

9 – Crescente aumento do desemprego rural mediante os processos de mecanização da produção que também vem configurando novas formas de cidades rurais, que, em zonas onde o capitalismo de monopólio se apresenta combinado com o latifúndio e a monocultura, estão cada dia mais desertificadas e com a população envelhecida. O desemprego também convive, em certas áreas agrícolas do mundo global, com o trabalho extensivo, precário e, às vezes, até mesmo, com o trabalho escravo (De Carli, 2014).

Mediante essa conjuntura, a questão da terra passa a ser um tema central no capitalismo global e nas sociedades contemporâneas. Esses fatores são acompanhados de alguns efeitos como: o aumento da fome, do preço dos alimentos, da desigualdade fundiária, do êxodo rural, do desmatamento, das tragédias ambientais e da contaminação de alimentos e do solo, a falta de oportunidades de trabalho e de lazer para os jovens do campo, de políticas de saúde e educação do campo, o envelhecimento da população do campo e a precarização do trabalho na agricultura, pecuária e atividades extrativistas (Stédile, 2014 e De Carli, 2014).

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) é a primeira das quatro Unidades Acadêmicas criadas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e figura como forte centro de saber. A UAG situa-se no Município de Garanhuns, segundo maior da Mesorregião do Agreste Meridional pernambucano, com área de 472,5 km², população de 136,057 habitantes (IBGE, 2014) e encontra-se a 230 km da Capital Recife, onde fica a Reitoria da UFRPE.

Instituída no ano de 2005, pela Resolução no 44/2005-CONSU, a UAG é, não apenas a primeira expansão da UFRPE, como também a primeira Unidade Acadêmica instalada no país com o processo de interiorização do ensino superior que fora deflagrado em 2004. Teve suas atividades iniciadas em setembro do ano de 2005, com quatro cursos de graduação privilegiados pela população do entorno: Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia e Normal Superior. Pioneira na instalação de Unidades Acadêmicas, a Universidade Federal Rural de Pernambuco foi, também, uma das primeiras instituições federais de ensino superior a criar o curso de Licenciatura Plena Normal Superior 2, no ano de 2005, criando a primeira turma na sede, em Recife, e a segunda na UAG. No ENADE de 2006, o curso Normal Superior da UAG foi o 3º colocado no Brasil, dentre outros 462 cursos, comprovando a qualidade dos cursos ofertados pela Unidade Acadêmica de Garanhuns - o que se verificou com os demais cursos aqui instalados em exames nacionais e demais indicadores nos anos subsequentes.

Como primogênita do processo de interiorização do ensino superior no Brasil, política pública do Governo Federal de então – que ofereceu educação gratuita e de qualidade àquela parcela da população que vive nas regiões afastadas das metrópoles – a UAG figura, na atualidade, como referência importante no desenvolvimento do Estado de Pernambuco, pela constituição de núcleos especializados de reflexão teórica e de inserção prática, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão na região do Agreste pernambucano e para além dela.

No momento de sua criação, a UAG apresentava a confortável estatística de um quadro docente composto por mais de 90% de doutores foi natural que, com o Decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (chamado Reuni II) 3, a UAG desse novo passo na direção de seu crescimento com a implantação de três novos cursos de graduação: Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Letras 4. O fortalecimento da modalidade de ensino de graduação, aliado ao potencial de pesquisa dos docentes (com a aprovação de projetos de Iniciação Científica, formação de recursos humanos e publicações em periódicos especializados), bem como o diálogo com a comunidade através da extensão universitária preparava paulatinamente a Unidade para um novo passo, qual seja, a criação dos Cursos de Pós Graduação. Foi quando teve início a oferta de cursos neste nível de ensino, inicialmente na modalidade lato sensu, com o Curso de Especialização em Educação e Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2007, e o Curso de Especialização em Botânica, posteriormente, em 2015.

Foi no ano de 2010, apenas cinco anos após a sua instalação, que a Unidade Acadêmica de Garanhuns abriu as portas para três cursos de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado na modalidade de Mestrado Acadêmico: Ciência Animal e Pastagens (PPCAP), Produção Agrícola Sustentável (PPPAS) e Sanidade e Reprodução de Ruminantes (PPSRR). No ano de 2013, numa nova iniciativa de crescimento vinculado às necessidades locais, a UAG passou a ofertar, também, Cursos de Mestrado Profissional: em agosto de 2013, foi iniciado o Mestrado Profissional em Física - PROFÍSICA; e, em

dezembro do mesmo ano, passou a funcionar o Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Nesses primeiros anos de funcionamento, os diferentes cursos de Mestrado já formaram mais de 150 mestres, dos quais mais de 50% continuam seus estudos em cursos de Doutorado em várias instituições de renome nacional e internacional.

O crescimento evidenciou-se, também, no patrimônio humano, com aumento do quadro de servidores e com a ampliação do número de discentes. A Unidade conta com 180 (cento e oitenta) docentes efetivos para os cursos de graduação e pós-graduação e totaliza 82 (oitenta e dois) técnico-administrativos, lotados nos mais diversos setores da Unidade, além de um quadro médio de 114 profissionais de apoio, providos de empresas terceirizadas (Quadro 1). O quadro discente conta hoje com um total geral de 2.135 (Dois mil, cento e trinta e cinco) discentes (SIGA, 2016), na graduação; e cerca de 100 na pós-graduação. Esses dados podem ser retomados na tabela abaixo com a indicação da formação do quadro de pessoal efetivo e substituto e a especialidade de funções do pessoal terceirizado. Desse modo, considerando a trajetória da criação da Unidade Acadêmica, tem-se hoje uma visível imagem do seu crescimento: das 120 vagas então existentes na graduação, houve a expansão para 560 vagas anuais.

CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

OBJETIVO GERAL

Esse curso visa trazer aprimoramento técnico e profissional e aprofundar os estudos da questão agrária, subsidiando as intervenções na sociedade, considerando a necessidade de construção de novas relações sociais de trabalho que respeitem o ser humano, a natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, para fortalecer os assentamentos de Reforma Agrária enquanto espaços de produção e de vida.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- formar e capacitar nos conteúdos das disciplinas da Economia e Desenvolvimento Agrário a população jovem e adulta dos assentamentos de Reforma Agrária criados e reconhecidos pelo INCRA na região nordeste
- propiciar a especialização de professores e educadores envolvidos nas atividades educacionais voltadas para as famílias beneficiárias da Reforma Agrária.
- pretende viabilizar o acesso de trabalhadores das áreas de Reforma Agrária e as demais famílias cadastradas pelo INCRA à educação e a dar continuidade aos seus estudos no nível de pós-graduação lato sensu, de forma a aprofundar a compreensão da realidade econômica-social do campo e dos assentamentos de Reforma Agrária criados ou reconhecidos pelos órgãos públicos.

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS

Centro de Formação Paulo Freire

ATRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS

- 1. Sensibilização de Público Alvo nas Comunidades**
- 2. Acolhimento dos Estudantes no Tempo Comunidade**
- 3. Interação do Curso de Especialização com as Comunidades**
- 4. Interação dos Estudantes com outros agentes públicos e privados que desenvolvem programas nas Comunidades**

PÚBLICO ALVO

O curso destina-se a pessoas envolvidas em atividades ligadas a organizações comunitárias do campo, com graduação.

CONCEPÇÃO DO PROJETO

Esse projeto se insere na temática geral da educação do campo, especificamente voltada à realidade das áreas de reforma agrária no estado de Pernambuco. A educação em si, pode ser praticada sob vários formatos, como um instrumento hegemônico, como afirmou Antônio Gramsci (2006), ou um dispositivo disciplinador, segundo Foucault (1996), ou pode ser um instrumento de libertação, segundo Paulo Freire (1978). Nos tempos de globalização a forma de educação hegemônica vem sendo a mais predominante, principalmente àquela que vem adaptar a prática educativa à ideologia de que a “realidade (da globalização neoliberal) não pode ser mudada” (FREIRE, 2014:21). O que Freire denominou, portanto, de “visão bancária de educação” nunca esteve tão em voga, seja nos meios formais como nos meios informais de educação. A distinção antagônica entre uma educação bancária “que serve à dominação” e outra problematizadora “que serve à libertação” torna-se cada dia mais atual, mesmo que, em vias dos processos formais e informais, nota-se uma relativa e insistência predominância da primeira sobre a segunda. Nesse sentido, é cada dia mais atual uma observação de Freire, segundo o qual

“As elites dominadoras, na sua atuação política, são eficientes no uso da concepção bancária [...] porque, na medida em que esta desenvolve uma ação passivadora, coincide com o estado de imersão da consciência oprimida, estas elites vão transformando-a naquela “vasilha” de que falamos, e pondo nela slogans que a fazem mais temerosa ainda da liberdade” (FREIRE, 1978:100)

Boaventura de Sousa Santos, tal qual Freire, também estabelece como um dos pontos cruciais da educação libertadora o diálogo com a práxis dos movimentos sociais, ou em suas palavras, a *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2007). No campo brasileiro, essa relação dialógica entre educação libertária e práxis do movimento sociais esteve presente desde as primeiras ações dos Movimentos de Educação de Base, na década de 1960 até as experiências mais recentes na área da educação com os movimentos camponeses, os movimentos indígenas e os movimentos quilombolas. Dessa forma, esses movimentos vem re-significando a concepção de educação no campo, a partir de princípios emancipatórios.

Como afirma Arroyo (2004), o termo educação do campo nasce em detrimento do silenciamento, do esquecimento e do desinteresse sobre o campo por parte do conhecimento acadêmico. Esse silenciamento se estabelece, principalmente por ser o campo um território esquecido, uma territorialidade do outro, frente à hegemonia do sujeito urbano-global. Por outro lado, afirma-se também que “o campo brasileiro nem sempre foi silenciado [...] seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. A educação e a escola são interrogadas por essa dinâmica” (ARROYO, 2004: 9). Assim que a educação do campo se insere na própria democratização da sociedade brasileira – a partir de um projeto de inclusão social, de resistência de uma territorialidade

campesina, ribeirinha, indígena, quilombola, em detrimento de uma territorialidade hegemônica. Um olhar democrático sobre o campo representa uma necessidade de integração dos sujeitos de história. Frente ao processo de movimentos sociais em busca do reconhecimento de seus territórios, ou pela conquista do direito à terra, a educação do campo consiste também num movimento político. A educação do campo afirma uma territorialidade dinâmica, plural, como “lugar de produção de vida, trabalho, cultura, saberes e valores. Como terra que educa, lugar de educar e não a educar. De produção de solidariedades e identidades culturais. De formação de sujeitos humanos. O campo como espaço pedagógico - a pedagogia da terra” (ARROYO, 2004:10).

A educação no campo também se relaciona com a cidadania, como uma ação afirmativa de uma correção de uma histórica desigualdade social, econômica e de falta de direitos básicos, como direito à alimentação, à saúde, aos direitos humanos, à terra e à educação.

A partir das ideias da Educação do Campo, o princípio pedagógico do curso se constitui como o de uma formação humanista e pluralista dos educandos (estudantes e monitores), o que se dará através da construção de um diálogo permanente com diversas áreas do conhecimento e a incorporação da interdisciplinaridade.

No caso deste curso, o diálogo não deve se restringir às atividades de campo nos territórios quilombolas, devendo acontecer também nas aulas, envolvendo todos enquanto sujeitos do processo e co-responsáveis pelos resultados. A interdisciplinaridade, por sua vez, será a ferramenta do processo integrado de construção do conhecimento com todos os envolvidos do curso.

COORDENAÇÃO

COORDENADOR GERAL
Caetano De Carli Viana Costa
<p>Formação: Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Título da Tese: <i>Sonhos de Abril – A Luta pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Baleizão e Eldorado dos Carajás.</i> Orientador: Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos. Co-orientador: Professor Doutor Pedro Hespanha</p> <p>Mestre em História Social pela Universidade de Brasília Título da Tese: <i>A Família Escrava no Sertão Pernambucano (1850-1888)</i> Orientador: Professor Doutor Celso Fonseca</p> <p>Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco</p>
<p>Experiência Profissional</p> <p>Professor de Educação do Campo no Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns (2015 – vínculo atual)</p> <p>Professor Substituto no Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (2014-2015)</p>

Pesquisador de Projetos de Estudo de Viabilidade Econômica e Comercial em Assentamentos de Reforma Agrária na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) (2007-2009)

Professor de Brasil Império e História da América no Curso de História no Centro universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste (UNIDESC) (2007-2008)

Produção Acadêmica:

DE CARLI, Caetano; ANDRADE, Bruno e DINIZ, Bruno. O fim do Escravismo e o Escravismo sem Fim. Colonialidade, Direito e Emancipação Social no Brasil. Direito y Práxis. Vol 6, n. 10, Rio de Janeiro, 2015.

DE' CARLI, Caetano ; Alternativas socialistas, experiências solidárias: luta pela terra, reforma agrária e cooperativismo no Brasil e em Portugal. Otra Economía, v. 8, p. 244-259, 2014.

DE' CARLI, Caetano ; O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 100, p. 105-129, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; COSTA, Elizardo Scarpati . Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. Sociologia (Porto), v. XXVI, p. 139, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; A identidade nacional brasileira no dilema de duas perguntas sem fim. Cabo dos Trabalhos - Pós-Colonialismos, v. 6, p. 1, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; A Família Escrava no Sertão de Pernambuco (1850-1888)- O Caso da Fazenda Pantaleão. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 61, p. 151-168, 2005.

DE' CARLI, Caetano ; A reforma agrária e as institucionalizações das brechas políticas no Estado e no direito hegemônico: os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; O Caso das Laranjas e a Questão Agrária Brasileira no Século XXI: A Invenção Midiática de um Desastre Nacional. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; O Cooperativismo Agropecuário em áreas de reforma agrária. In: XI Congresso Luso-Afro Brasileiro, 2011, Salvador. Anais do XI Congresso Luso-Afro Brasileiro. Salvador, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; O Brasil e O Povo Brasileiro no Dilema de Duas

Perguntas Sem Fim. In: VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011, Salvador. Anais do VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; Relações de colonialidades e disputas entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos na agricultura brasileira: a agroecologia como política de enfrentamento do MST ao capitalismo financeiro agrícola. In: I Seminário Internacional e III Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2010, Florianópolis. Anais do ... Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: NPMS/UFSC, 2010. p. 226-243.

DE' CARLI, Caetano ; Mães, Filhas e Esposas: Os papéis domésticos das escravas sertanejas em Pernambuco (1850-1888). In: Usos do Passado - XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. Usos do Passado - XII Encontro Regional de História. Resumos e Programação. Rio de Janeiro: ColorGraf, 2006. p. 104-104.

DE' CARLI, Caetano ; O Impacto da Seca de 1877-79 no Escravismo Sertanejo. In: Memória & História - V Encontro Estadual de História, 2004, Recife. Memória & História - V Encontro Estadual de História. Resumos. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 2004. p. 99-99.

Endereço:

Rua Jader de Andrade, 163. Casa Forte. 52061-060. Recife-PE

Telefone

:
81
9944911
72

Site:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4736296T7>

Endereço Eletrônico:

caetanodecarli@gmail.com

COORDENADORA PEDAGÓGICA

Júlia Figueredo Benzaquen

Formação:

Doutor em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Título da Tese: *Universidade dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais*, Ano de obtenção: 2012.

Orientador: Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos. Co-orientador: Professora Doutora Maria Paula Meneses

Mestrado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE,

Brasil.

Título: Socialização para cooperação: uma análise de práticas de educação não-formal, Ano de Obtenção: 2006.

Orientador: Silke Weber

Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco

Experiência Profissional

Professora do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE

Coordenadora do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE

Docência no curso de graduação em Administração e Sistemas da Informação das disciplinas "Sociologia" e "Metodologia Científica" na Faculdade Joaquim Nabuco

Produção Acadêmica:

DE CARLI, Caetano; ANDRADE, Bruno e DINIZ, Bruno. O fim do Escravismo e o Escravismo sem Fim. Colonialidade, Direito e Emancipação Social no Brasil. Direito y Práxis. Vol 6, n. 10, Rio de Janeiro, 2015.

DE' CARLI, Caetano ; Alternativas socialistas, experiências solidárias: luta pela terra, reforma agrária e cooperativismo no Brasil e em Portugal. Outra Economia, v. 8, p. 244-259, 2014.

DE' CARLI, Caetano ; O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 100, p. 105-129, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; COSTA, Elizardo Scarpatti . Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. Sociologia (Porto), v. XXVI, p. 139, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; A identidade nacional brasileira no dilema de duas perguntas sem fim. Cabo dos Trabalhos - Pós-Colonialismos, v. 6, p. 1, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; A Família Escrava no Sertão de Pernambuco (1850-1888)- O Caso da Fazenda Pantaleão. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 61, p. 151-168, 2005.

DE' CARLI, Caetano ; A reforma agrária e as institucionalizações das brechas políticas no Estado e no direito hegemônico: os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013.

DE' CARLI, Caetano ; O Caso das Laranjas e a Questão Agrária Brasileira

no Século XXI: A Invenção Midiática de um Desastre Nacional. In: XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; O Cooperativismo Agropecuário em áreas de reforma agrária. In: XI Congresso Luso-Afro Brasileiro, 2011, Salvador. Anais do XI Congresso Luso-Afro Brasileiro. Salvador, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; O Brasil e O Povo Brasileiro no Dilema de Duas Perguntas Sem Fim. In: VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011, Salvador. Anais do VII ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011.

DE' CARLI, Caetano ; Relações de colonialidades e disputas entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos na agricultura brasileira: a agroecologia como política de enfrentamento do MST ao capitalismo financeiro agrícola. In: I Seminário Internacional e III Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2010, Florianópolis. Anais do ... Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: NPMS/UFSC, 2010. p. 226-243.

DE' CARLI, Caetano ; Mães, Filhas e Esposas: Os papéis domésticos das escravas sertanejas em Pernambuco (1850-1888). In: Usos do Passado - XII Encontro Regional de História, 2006, Niterói. Usos do Passado - XII Encontro Regional de História. Resumos e Programação. Rio de Janeiro: ColorGraf, 2006. p. 104-104.

DE' CARLI, Caetano ; O Impacto da Seca de 1877-79 no Escravismo Sertanejo. In: Memória & História - V Encontro Estadual de História, 2004, Recife. Memória & História - V Encontro Estadual de História. Resumos. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 2004. p. 99-99.

SANTOS, A. A. R. ; COSTA, J. J. F. ; RIBEIRO, D. M. F. ; BENZAQUEN, Julia F. . O curso de Bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco: um estudo sobre sua história, saberes, práticas e sujeitos. Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, v. 2, p. 30-53, 2018.

SANTOS NETA, C. O. ; BENZAQUEN, Julia F. . UMA OFICINA DE SABERES: A EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS TRAPEIROS DE EMAÚS COM O ENSINO DE SOCIOLOGIA. Revista Educação e (Trans)formação, v. 2, p. 14-28, 2017.

MARTINS, P. H. ; BENZAQUEN, Julia F. . Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v. 2, p. 10-31, 2017.

BENZAQUEN, JÚLIA F.; Oliveira, H. P. S. ; SOARES, L. A. S. ; ALBUQUERQUE NETO, W. C. . PROJETANDO COM A AGROECOLOGIA:

UMA FORMA DE REPENSAR A PRÁTICA EXTENSIONISTA. Educação e (Trans)formação, v. 1, p. 92-115, 2016.

Benzaquen, G. F. ; BENZAQUEN, JÚLIA F. . O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: O PROJETO REVOLUCIONÁRIO DOS ZAPATISTAS. Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v. 1, p. 26-49, 2015.

BENZAQUEN, JÚLIA F.. Reflexões a respeito da idéia de (r)existências do Sul. Estudos de Sociologia (Recife), v. 2, p. ---, 2014.

BENZAQUEN, JÚLIA F.. UNITIERRA: una Universidad de los Movimientos Sociales. Revista Cisma, v. n. 5, p. 1-27, 2014.

BENZAQUEN, JÚLIA F.. O ENGAJAMENTO INTELECTUAL ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO DA GEOPOLÍTICA DO SABER. Realis Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais, v. 3, p. 74-85, 2014.

VALENÇA, Marcos Moraes ; BENZAQUEN, Julia F. ; Águas, Carla Ladeira Pimentel ; LUIZ, J. T. . Epistemologias alternativas, movimentos sociais e educação. CIENTEC - Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidades do IFPE, v. 4, p. 92-105, 2013.

Barreto F. S. ; BENZAQUEN, JÚLIA F. . A MÃO DUPLA DA RUA: A ambivalência da ?nova resistência? ou elementos para uma outra gramática da mobilização. Estudos de Sociologia (Recife), v. 2, p. ---, 2013.

BENZAQUEN, JÚLIA F.. Universidades dos Movimentos Sociais: apostas em outra educação. Estudos de Sociologia (Recife), v. 1, p. ---, 2013.

BENZAQUEN, Julia F.; Águas, Carla Ladeira Pimentel ; VALENÇA, Marcos Moraes . Sementes e arupembas: a relação entre os saberes no contexto dos movimentos sociais. Sociologia (Porto), v. 24, p. 89-112, 2012.

BENZAQUEN, Julia F.. A Socialização Para Cooperação: Uma Análise de Práticas de Educação Não-Formal. Estudos de Sociologia (Recife), v. 12, p. 72-95, 2007.

BENZAQUEN, Julia F.. Jogos Cooperativos: uma proposta de socialização visando à cooperação.. Sísifo, 2005.

Livros publicados/organizados ou edições

BENZAQUEN, Julia F.; PIMENTEL, C. M. ; JESUS, A. S. ; Barreto F. S. ; Vieira D. S. L. ; MEDEIROS, I. ; DCARLI, C. . Curupiras: Colonialidades e Outras Epistemologias. 1. ed. Recife: EDUFRPE, 2017. v. 1. 222p .

DCARLI, C. ; Barreto F. S. ; MEDEIROS, I. ; BENZAQUEN, Julia F. . Anais do I Seminário Curupiras - Alternativas possíveis, educação, diálogos de saberes e outras epistemologias. 1. ed. Recife: EDUFRPE, 2017. v. 3.

BENZAQUEN, Julia F.. A socialização para Cooperação: Uma análise de

práticas de educação não-formal. 1. ed. Recife: Edições Bagaço, 2007. v. 1. 198p .

Capítulos de livros publicados

RODRIGUES, L. A. ; BENZAQUEN, Julia F. . O contexto da prática extensionista a partir das epistemologias do Sul. In: Caetano De Carli; Francisco Sá Barreto; Izabella Medeiros; Júlia Benzaquen. (Org.). Anais do I Seminário Curupiras - Alternativas possíveis, educação, diálogos de saberes e outras epistemologias. 1ed.Recife: EDUFRPE, 2017, v. 2, p. 44-65.

BENZAQUEN, Julia F.. Emergências: urgências e apostas que fundamentam a ideia de (r)existências. In: Júlia Figueredo Benzaquen. (Org.). Curupiras: colonialidades e outras epistemologias. 1ed.Recife: EDUFRPE, 2017, v. , p. 164-181.

Telefone

:
81
9184870
4

Site:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4755845Y2>

Endereço Eletrônico:

julia.benzaquen@ufrpe.br

CARGA HORÁRIA

O curso tem uma carga horária total de 512 horas/aula. Exige ainda a elaboração de um trabalho de conclusão final que pode ser individual ou elaborado por até três alunos. Sua apresentação oral, em um evento específico organizado para esse fim, será opcional, a critério da coordenação.

ETAPA	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	
		TEMPO ESCOLA	TOTAL
Etapa 1: A Questão Agrária Clássica	1.1 Introdução à questão Agrária	30h	120h
	1.2 Desenvolvimento do Capitalismo Mercantil e do capitalismo industrial na Agricultura	30h	
	1.3 Diferentes modelos de reforma agrária na história global	30h	
	1.4 Agricultura e capitalismo financeiro	30h	
Etapa 2: Questão Agrária Brasileira	2.1 Questão Agrária Brasileira Período Pré-Colonial e Período Colonial	30h	120h
	2.2 Questão Agrária Brasileira (1850-1930)	30h	
	2.3 Questão Agrária Brasileira (1930-1980)	30h	
	2.4 Questão Agrária Brasileira (1990- Dias atuais) e Reforma Agrária Popular	30h	
Etapa 3: Tópicos Especiais da Questão Agrária	3.1 História da Luta pela Terra no Brasil	30h	120h
	3.2 Questão Agrária no Nordeste	30h	
	3.3 Questão Agrária no Século XXI	30h	
	3.4 Metodologia de Pesquisa	30h	
Etapa 4: elaboração do TCC	4.1 Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	152h	152h
TOTAL CARGA HORÁRIA		512h	512h

PERIODICIDADE

O curso será realizado em 03 etapas, cada uma de duas semanas, separadas uma da outra por um período de quatro a cinco meses aproximadamente. As etapas do curso serão desenvolvidas em forma intensiva, sendo que cada dia de atividade constará de 08 horas/aula nos dias úteis e aos sábados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Disciplinas – Etapa 1

Introdução da Questão Agrária	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Trabalhar os princípios fundamentais da questão agrária, segundo os debates de Marx e Kautsky.
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- conceito de Questão Agrária - conceito de Modo de Produção - renda fundiária em Marx - renda diferencial I e II - renda absoluta
Metodologia:	Aulas expositivas e debates do texto
Sistema de Avaliação:	Seminários de avaliação
Bibliografia Básica:	KAUTSKY, Karl (1986) <i>A Questão Agrária</i> . São Paulo: Ed. Nova Cultural PRADO JR, Caio (2000) <i>A Questão Agrária no Brasil</i> . São Paulo: Brasiliense MARX, Karl (2008) <i>O Capital: crítica da economia política: livro III</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Bibliografia Complementar	LENIN, Vladimir I. (1984) <i>Aos pobres do campo</i> . Lisboa: Edições Avante. MARX, Karl (2010) <i>Manuscritos econômico-filosóficos</i> . São Paulo: Boitempo.

Desenvolvimento do Capitalismo Mercantil na Agricultura	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	-Estruturação da Economia Agrícola Colonial no Brasil e nas Américas - Transição ao modelo industrial
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- escravismo colonial -As vias inglesa -A via prussina -As vias junker -A via farmer ou americana -A via suíça
Metodologia:	Aula Expositiva e debates

Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 4. ENFF, Guararema, SP, 2017 GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. Expressão Popular, SP, 2016. STEDILE, JP. Coletânea de Textos da ENFF. no. 3. ENFF, Guararema, SP, 2017
Bibliografia Complementar	PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. Editora Brasiliense, Rio de Janeiro, RJ, 2012 DONGHI, Halperin. História da América Latina. Ed. Curriculo do Livro, Paz e Terra, 2008.

Diferentes modelos de reforma agrária na história global	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Reforma Agrária no Mundo
Créditos	2
Conteúdo Programático:	Reformas agrárias clássicas Reformas agrárias reformistas Reformas agrárias anti-coloniais Reformas agrárias populares Reformas agrárias socialistas
Metodologia:	Aulas Expositivas e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 28. ENFF, Guararema, SP, 2017 GARCIA, Antônio. Reforma Agrária y Dominación social em America Latina. Edição SLAP, Lima, 1970. DORNER, Peter. Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico. Ed. 70. Lisboa, 1972.
Bibliografia Complementar	CUNHAL, Álvaro. <i>Contribuição para o estudo da Questão Agrária</i> . Lisboa: Edições Avante. 1976

Agricultura e Capitalismo Financeiro	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Desenvolvimento do capitalismo financeiro no setor

	agropecuário
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- inserção do capital financeiro na agropecuárias - <i>commodities</i> agrícolas e mercado global - mercado de terra, mineração e energia em nível global
Metodologia:	Aula Expositiva e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminário de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 10. ENFF, Guararema, SP, 2017 STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2013. STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 9</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2017
Bibliografia Complementar	DE CARLI, Caetano. <i>Sonhos de Abril. A Luta pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão</i> . Tese de Doutorado, Universidade de Coimbra, 2014.

ETAPA 2

Questão Agrária Período Colonial e Pré-Colonial	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Organização das sociedades pré-colombianas e organização produtiva da sociedade colonial
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- modo de produção comunismo primitivo - império Inca, Maia e Asteca - comunidades indígenas no Brasil - A interpretação da burguesia industrial brasileira: Roberto Simonsen, 1940 - A visão do PCB- tese de Alberto passos Guimarães - A crítica interna ao PCB- tese de Caio Prado Junior - A visão da teoria da dependência- tese de André Gunder Frank - A interpretação da Plantation - Jacob Gorender
Metodologia:	Aula Expositiva e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminário de Avaliação
Bibliografia Básica:	RIBEIRO, Darcy. <i>O Povo Brasileiro</i> . Companhia das Letras, 1996. ENGELS, Frederic. <i>A Origem da Família, da Propriedade</i>

	Privada e do Estado. Boitempo, 2016. STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2005. STÉDILE, João Pedro (Org.) (2005a) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 2</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2005.
Bibliografia Complementar	DONGHI, Halperin. História da América Latina. Ed. Currículo do Livro, Paz e Terra, 2008. OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1991) <i>A agricultura camponesa no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto.

Questão Agrária Brasileira (1850-1930)	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Transição da economia colonial mercantil e economia industrial na agropecuária
Créditos	2
Conteúdo Programático:	a) Estudo da lei de terras - 1850 b) As revoltas quilombolas e o fim da escravidão. c) Formação do campesinato, a partir da migração e do sertanejo nordestino. d) O surgimento do proletariado rural na cana-de-açúcar, e café. e) O colonato paulista
Metodologia:	Aula Expositiva e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2005. STÉDILE, João Pedro (Org.) (2005a) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 2</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2005. FURTADO, Celso (1974) <i>Formação econômica do Brasil</i> . São Paulo: Nacional.
Bibliografia Complementar	FERNANDES, Florestan (1965) <i>Integração do negro na sociedade de classes</i> . São Paulo: Dominus.

Questão Agrária Brasileira (1930-1980)	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Revolução Verde no Brasil x Projetos de Desenvolvimento via Reforma Agrária
Créditos	2
Conteúdo Programático:	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a Natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura subordinado à indústria. - Natureza da proposta de reforma agrária clássica pelos cevalinos na década de 60. e que depois deu origem ao Estatuto da terra. - O Estatuto da terra. De 1964 - A posição da igreja católica no regime militar
Metodologia:	Aulas Expositivas e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	<p>STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 3: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003</i>. São Paulo: Expressão Popular. 2008.</p> <p>STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária Hoje</i>. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS. 1994.</p> <p>RIBEIRO, Nelson de F. <i>Caminhada e Esperança da Reforma Agrária</i>. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1987.</p>
Bibliografia Complementar	COSTA, Luiz F. C. e Santos, Raimundo (Orgs.) <i>Política e reforma agrária</i> . Rio de Janeiro: Editora Mauad, 92-168. 1998.

Questão Agrária Brasileira (1930-1980)	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Revolução Verde no Brasil x Projetos de Desenvolvimento via Reforma Agrária
Créditos	2
Conteúdo Programático:	<ul style="list-style-type: none"> - Estudar a Natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura subordinado à indústria. - Natureza da proposta de reforma agrária clássica pelos cevalinos na década de 60. e que depois deu origem ao Estatuto da terra. - O Estatuto da terra. De 1964 - A posição da igreja católica no regime militar
Metodologia:	Aulas Expositivas e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação

Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 3: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2008. STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária Hoje</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS. 1994. RIBEIRO, Nelson de F. <i>Caminhada e Esperança da Reforma Agrária</i> . São Paulo: Editora Paz e Terra. 1987.
Bibliografia Complementar	COSTA, Luiz F. C. e Santos, Raimundo (Orgs.) <i>Política e reforma agrária</i> . Rio de Janeiro: Editora Mauad, 92-168. 1998.

Questão Agrária Brasileira (1990- Dias atuais) e Reforma Agrária Popular	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Capital Financeiro na Agricultura Brasileira x Reforma Agrária Popular
Créditos	2
Conteúdo Programático:	a) A proposta contra-reforma agrária da socialdemocracia neoliberal. b) O domínio das empresas transnacionais sobre a agricultura c) O agronegócio d) A expansão dos monocultivos do eucalipto e a agroenergia e) compreender a análise da via camponesa internacional sobre o projeto camponês anti-neoliberal e anti-imperialista. f) analisar a proposta de reforma agrária popular do MST g) analisar a proposta popular de um programa de agroenergia.
Metodologia:	Aulas Expositivas e debate
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária Hoje</i> . Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS. 1994. OLIVEIRA, Arioaldo U. (1991) <i>A agricultura camponesa no Brasil</i> . São Paulo: Editora Contexto. Cadernos de textos e debates do congresso do MST. 1994. Nossa proposta de reforma agrária. Resoluções do V Congresso do MST
Bibliografia Complementar	Resoluções da conferência nacional popular sobre agroenergia. Curitiba outubro 2007

Etapa 3

História da Luta pela Terra no Brasil	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Conflitos sociais do campo no Brasil Colônia e República
Créditos	2
Conteúdo Programático:	História da resistência negra e indígena - Canudos, Contestado e o Cangaço - Movimentos Camponeses Organizados
Metodologia:	Aula Expositiva e debates
Sistema de Avaliação:	Seminário de Avaliação
Bibliografia Básica:	Medeiros, Leonilde (2003) <i>Reforma Agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra</i> . São Paulo: Editora Perseu Abramo. <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 4</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2005. STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 4: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003</i> . São Paulo: Expressão Popular. 2008.
Bibliografia Complementar	Reis, João J. (1989) <i>Negociação e conflito</i> . São Paulo: Companhia das Letras. Carvalho, Marcus (1998) <i>Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850</i> . Recife: Editora Universitária da UFPE.

Questão Agrária no Nordeste	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	Formação econômica do nordeste
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- economia e sociedade açucareira - formação econômica do semiárido nordestino
Metodologia:	Aulas Expositivas e debate
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	ANDRADE, Manuel Correia. <i>A Terra e o Homem no Nordeste</i> . Editora Brasiliense, 1980. EISENBERG, Peter L. (1970) <i>Modernização sem mudança a</i>

	<i>indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP. 1970. FURTADO, Celso. <i>Formação econômica do Brasil</i> . São Paulo: Nacional. 1974
Bibliografia Complementar	ANDRADE, Manuel Correa. <i>Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?</i> Recife: Guararapes. 1981.

Questão Agrária no século XXI	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	- questões diversas sobre a questão agrária n século XXI
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- tendências futuras do agronegócio no mundo - agroecologia - gênero e questão agrária
Metodologia:	Aula Expositiva e debates
Sistema de Avaliação:	Seminário de Avaliação
Bibliografia Básica:	STÉDILE, João Pedro (Org.) <i>A Questão Agrária no Brasil – volume 9</i> . São Paulo: Expressão Popular, 2016. ESCOBAR, Pepe. <i>Século XXI, o século da Ásia</i> . Editora Iluminuras Ltda, 1997. GLIESSMAN, Stephen R. (2002) <i>Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible</i> . Turriabla: Catie. ALTIERI, Miguel; Nichols, Clara I. (2000), “Agroecología: teoría e práctica para una agricultura sustentable”. México: Ed. Rede de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe.
Bibliografia Complementar	LIMA, Marcos Costa. <i>Estrangeirização de Terras e Segurança Alimentar e Nutricional: Brasil e China em Perspectiva</i> . Editora UFPE, 2018. LEFF, Enrique <i>et al.</i> (2002) “Más allá del desarrollo sostenible: La construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina” <i>in</i> Leff, Enrique <i>et al</i> (Orgs.) <i>La transición hacia el desarrollo sustentable</i> . Perspectivas de América Latina y el Caribe. México: Ed. SEMANART. CRISTOFFOLI, Pedro Ivan; Oliveira Filho, José Antônio Custódio de (2006) “Rede de pesquisa Tecnológica em agroecologia da reforma agrária: concepção e estruturação” <i>Reforma Agrária e Meio Ambiente</i> . 1(1),4-11.

Metodologia de pesquisa	
Carga Horária Tempo Escola	30h
Ementa:	- trabalhar os aspectos metodológicos para o desenvolvimento do TCC
Créditos	2
Conteúdo Programático:	- método de pesquisa-ação - método do caso alargado - pesquisa-militante
Metodologia:	Aula Expositiva e Debates
Sistema de Avaliação:	Seminários de Avaliação
Bibliografia Básica:	Lalanda, Piedade (1998) "Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica" <i>Análise Social</i> . 33, 871-883. Lacerda, Eugênio P. (2001) "Trabalho de Campo e Relativismo" <i>COLAB Edição 5</i> , <i>Burawoy, Michael (1998) "The Extend Case Method". Sociological Theory 16:1 March Berkeley.</i>
Bibliografia Complementar	SANTOS, Boaventura de Sousa. "Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso Skylab" <i>Revista Crítica de Ciências Sociais</i> . 11, 10-60. 1983.

CORPO DOCENTE

Nome	Titulação	Instituição	Experiência Acadêmica e Profissional
Andrea Lorena Butto Zarzar	Doutora	UFRPE	Doutora em Sociologia pela Universidade Rural de Pernambuco e mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1996); Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (1992); Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Pesquisadora Associada do Laboratório de Estudos Rurais da UFPE (LAErural), e do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Foi Diretora de Políticas para Mulheres Rurais da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário ? MDA e Secretaria de Desenvolvimento Territorial do mesmo ministério. Tem experiência na área de estudos de Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, trabalho e políticas públicas, movimentos sociais de mulheres rurais, desenvolvimento rural e agroecologia.
Caetano De Carli Viana Costa	Doutor	UFRPE	Professor de Educação do Campo da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns. Doutor em Sociologia com ênfase em Pós-Colonialismos e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Mestre em História Social pela Universidade de Brasília em 2007. Graduado em Licenciatura em História pelo Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Atua nas seguintes áreas: educação do

			campo, movimentos sociais, reforma agrária e escravidão.
Gilvânia de Oliveira Silva de Vasconcelos	Doutor	UFRPE	Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas na UFRPE. Possui Graduação em ZOOTECNIA (2002), Graduação em LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS (2003) e Mestrado em EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2009), Especialista em AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E EDUCAÇÃO DO CAMPO e Doutora em EDUCAÇÃO, ambas pela Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência como Zootecnista - Extensionista para os Movimentos Sociais e Educadora, tanto na Educação FORMAL (UFRPE/UFPE) como na Educação NÃO FORMAL, atuando principalmente com as seguintes temáticas: Meio Ambiente, Agricultura Familiar Camponesa, Reforma Agrária, Desenvolvimento Local e Educação do Campo.
Horasa Maria Lima da Silva Andrade	Doutora	UFRPE	Doutora em Etnobiologia e Conservação da Natureza-PPGEtno pela Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE; Mestra em Ciências Florestais (UFRPE); Graduada em Agronomia (UFRPE); É Especialista em Administração Escolar e Planejamento Educacional (UFPE). É professora Adjunta da Unidade Acadêmica de Garanhuns, da Universidade Federal Rural de Pernambuco onde coordena o Centro Vocacional Tecnológico em Produção Orgânica e Agroecológica, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários, da Agroecologia e Agricultura Familiar- Incubadora

			AGROFAMILIAR e é membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar e Camponesa (AGROFAMILIAR).
Júlia Figueredo Benzaquen	Doutora	UFRPE	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (2003), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) e doutorado em Pós-colonialismos e cidadania global pela Universidade de Coimbra (2012). Atualmente é professora adjunto - c, nível 1 da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e coordenadora do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cooperação, educação não-formal, socialização e ciências sociais.
Maurício Sardá de Faria	Doutor	UFRPE	Os estudos de graduação, mestrado e doutorado foram realizados na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo a graduação no Departamento de Ciências de Administração (1988-1992) e o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Administração (1993-1997). O Doutorado foi obtido no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (2000 - 2005). A partir de outubro de 2017, iniciou uma nova trajetória na Universidade Federal Rural de Pernambuco, como Prof. Associado I do Departamento de Ciências Sociais_DECISO/UFRPE.
Valdir Eduardo Ferreira da Silva	Doutor	UFRPE	Possui graduação em Estudos Sociais pela Universidade Católica de Pernambuco (1980) e doutorado em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade de Deusto (1999). Atualmente é

			professor associado i da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Atitude e Ideologias Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdade social, violência, discriminação, preconceito e pobreza.
--	--	--	---

METODOLOGIA

As atividades do curso fundamentadas através da Pedagogia da Alternância. A pedagogia da alternância se estabelece como um importante modelo pedagógico para a educação do campo em suas várias variedades formais, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação de jovens e adultos, a educação técnica e o ensino universitário. A pedagogia da alternância surgiu na década de 1930, na França, a partir das experiências das Casas Familiares Rurais. No Brasil, a partir do final da década de 60, no Espírito Santo, emergiu o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e posteriormente nas Escolas Famílias Agrícolas e nas Casas Familiares Rurais. A pedagogia da alternância pode ser estabelecida de várias formas. Segundo Leite, há três tipos básicos de pedagogia da alternância, a alternância justapositiva (divisão dos tempos entre trabalho e estudo sem relação direta); alternância associativa (associação entre a formação com o trabalho a ser desempenhado); alternância integrativa (com uma unidade formativa entre as atividades desenvolvidas no *tempo escola* e as atividades desenvolvidas no *tempo comunidade* sem primazia de um objeto por outro. Assim no sentido da alternância integrativa que serão divididas as atividades do *tempo escola* e do *tempo comunidade*, onde os estudantes quilombolas possam ao mesmo tempo trazer o que aprenderam no tempo escola para comunidade e trazer o que aprenderam na comunidade para o tempo escola.

O tempo-escola será composto pelos componentes curriculares (as disciplinas), seminários e atividades formativas e de reflexão e troca. No tempo-comunidade, os educandos estarão vivenciando diferentes situações-problema junto com a comunidade buscando identificar na realidade concreta os elementos teóricos discutidos no tempo-escola anterior. Ao tempo-escola também se atribui a função de discussão e busca de soluções para situações problema vivenciadas no tempo-comunidade anterior. Assim, como num ciclo contínuo, os tempos-escola e comunidade se alimentam reciprocamente.

O tempo comunidade não será contado para efeitos de carga horária do curso.

INTERDISCIPLINARIDADE

O tema da questão agrária é em si um tema interdisciplinar, no qual se estabelece vários temas de conhecimento como a agronomia, a história, a sociologia rural, a educação do campo, a antropologia rural, a zootecnia, a extensão rural e a economia. O programa do curso foi pensado em contemplar todas essas áreas, com o predomínio para a análise da economia política da questão agrária. Pretendemos, nessa direção, oferecer uma formação completa para os nossos estudantes, para que eles possam qualificar a

decisão, avaliar política pública e tomada de decisões que melhore a qualidade de vida das comunidades rurais ou movimento social que eles atuam.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares planejadas estarão definidas em dois momentos já trabalhados no programa e na parte metodológica: o tempo comunidade e os seminários de avaliação. Esses seminários serão realizados a fim de que os estudantes possam apresentar o debate do tempo aula, em cada final de disciplina. Se a coordenação do curso acha por bem, pode condensar esses momentos de seminário de avaliação nos dias finais de cada etapa, num formato de evento acadêmico.

TECNOLOGIA

Esse curso utilizará como tecnologia o datashow e o computador. Infelizmente, como o público beneficiário desse curso são camponeses, a dificuldade no acesso à internet dificulta o uso de plataformas como Moodle ou outras do gênero

INFRAESTRUTURA BÁSICA

As etapas do curso serão realizadas no Centro de Formação Paulo Freire em Caruaru e na Universidade Popular Gregório Bezerra, no Recife. O Centro de Formação Paulo Freire conta com alojamento para 300 pessoas, 1 refeitório, 4 salas de aula e 2 salas de escritório para reuniões. Além de ser um espaço inserido dentro de um Assentamento de Reforma Agrária, com vários quintais produtivos e campo para experimentos. A Universidade Popular Gregório Bezerra conta com 3 salas de aula, alojamento para 50 pessoas e refeitório vinculado ao espaço do Armazém do Campo. O Endereço do Centro de Formação Paulo Freire é, BR 104, s/n, Assentamento Normandia, Caruaru. O Endereço da Universidade Popular Gregório Bezerra é Rua Martins de Barros, 164, São José, Recife-PE. Os dois centros contam também com estrutura didático-pedagógica como datashow, quadro e pincel de quadro branco. Todo o material didático-pedagógico será fornecido pelo centro.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O participante do “Curso de Pós-Graduação em Questão Agrária” será considerado aprovado desde que obtenha a média de 7,0 (sete), por disciplina, e receba aprovação também em sua avaliação final (monografia final) com nota mínima de 7,0 (sete). A metodologia de avaliação será de responsabilidade de cada professor em sua disciplina, mas sugerimos a realização de Seminários de Avaliação para testar justamente a compreensão do debate e a leitura dos textos.

O Sistema de Avaliação Discente será por meio de Seminários de Avaliação ao final de cada disciplina. Nesses seminários, cada grupo de estudantes irá apresentar o relato das leituras e dos debates em sala. Os professores avaliarão a capacidade de trabalho em grupo, de compreensão do texto e compreensão dos debates em sala. Além disso, será observado a capacidade de pensamento crítico e criatividade de cada estudante.

Ao final de cada etapa os estudantes receberão um questionário para a avaliação dos professores e da estrutura física do curso. Esse material será sistematizado e fará parte do relatório final do curso.

FREQUÊNCIA

A frequência mínima será de 75% em cada disciplina. Já a frequência mínima para o conjunto das atividades do curso, como diz a Seção IV do regulamento, é de 85%. Iremos elaborar uma ata de presença para que os professores possam realizar o controle diariamente.

TRABALHO DE CONCLUSÃO

A monografia final será avaliada por uma comissão de professores escolhida pelo coordenador do curso, e em caso de recurso por nova comissão escolhida da mesma forma. O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser em formato de artigo, de projeto de intervenção ou de TCC. Em qualquer dos formatos, o número de página mínimo são 20 páginas e na estrutura deve conter: Introdução, Debate Teórico, Debate Metodológico, Resultados da Pesquisa e Conclusão. O trabalho pode ser realizado em grupo de até quatro pessoas, a depender do orientador. A defesa de qualificação e a defesa do TCC também será opcional, a critério de cada orientador.

Professores Orientadores

Tem responsabilidade pela orientação dos educandos durante o curso, incluindo o acompanhamento do Tempo Universidade e do Tempo Comunidade, com ênfase na orientação da pesquisa, avaliação dos relatórios, parciais e final, do trabalho de campo e da elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Todos os docentes que trabalharão no curso estarão comprometidos como professores orientadores, de acordo com a relação do Quadro 2.

Deve-se destacar que todos os docentes envolvidos no curso de especialização possuem a mais alta qualificação em suas respectivas áreas de atuação, e são voluntários, não sendo, portanto, remunerados para tal atividade. Segue abaixo quadro com suas respectivas titulações e instituições de seus vínculos empregatícios.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO

Número de Vagas e Período de Realização

A proposta é formar uma (1) turma com até 50 (cinquenta) alunos, a iniciar-se em novembro de 2019, com término previsto para dezembro de 2020.

Período de Inscrição

de 01 a 30 de outubro de 2019.

Documentos para Inscrição

1. Cópia autenticada do diploma de graduação, devidamente registrado (frente e verso);
2. Histórico escolar de graduação;
3. Cópia da Carteira de Identidade (RG);
4. Curriculum Vitae;
5. Cópia do Título de Eleitor;
6. Quitação com o serviço militar (quando for o caso);
7. Declaração de residência ou declaração de trabalho realizado em comunidades rurais emitida pela coordenação, associação ou cooperativa da própria comunidade rural
8. Carta de apresentação do candidato especificando:
 - i) Seu vínculo com as comunidades do campo ou movimentos sociais do campo
 - ii) importância que atribui aos estudos deste curso de especialização para as comunidades e assentamentos em que exerce suas atividades profissionais e para sua formação.

Processo de Seleção

Constituir-se-á de análise: a) dos objetivos e do tipo de atuação do candidato, de maneira a avaliar a necessidade de obterem formação dentro da temática do presente curso de especialização, por meio de entrevista gravada; b) do tipo de atuação do candidato nas atividades e do vínculo com as comunidades, com o mesmo objetivo, por meio de entrevista gravada; c) do conteúdo da carta de apresentação do candidato; d) análise do Curriculum Vitae. Essa análise será realizada por uma Comissão a ser designada pelo conjunto dos professores que compõem o Colegiado Acadêmico do Curso.

Os recursos deverão ser feitos por escrito e entregues em até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados da seleção, sendo enviados ao Coordenador/a do Curso (conforme prazos indicados no cronograma do processo seletivo).

Os recursos serão analisados pela Comissão de Seleção até 48 (quarenta e oito) horas após o final do prazo para apresentação dos recursos.

Local e Calendário

O Curso será ministrado na Universidade Popular Gregório Bezerra, Rua Martins de Barros, Santo Amaro, Recife e no Centro de Formação Paulo Freire, Assentamento Normandia, Caruaru.

Início Previsto

01 de novembro de 2019

Matrícula

A matrícula será feita para os alunos aprovados no processo de seleção. No ato da inscrição os selecionados serão matriculados em todas as etapas do curso, contemplando todas as disciplinas previstas em cada uma.

CERTIFICAÇÃO

A certificação dos educandos do curso é de inteira responsabilidade da UFRPE. O certificado será emitido pela Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e assinado pelo coordenador do curso.

CRONOGRAMA EXECUTIVO

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término
1	Seleção dos educandos e matrícula;	Inscrição, seleção e matrícula;	Educandos	50	Outubro de 2019	Novembro de 2019
2	I Etapa	Etapa presencial com disciplinas de conteúdos específicos com carga horária prevista de 120h	Educandos	50	Novembro de 2019	Dezembro de 2019
3	II Etapa	Etapa presencial com disciplinas de conteúdos específicos com carga horária prevista de 120h	Educandos	50	Maio de 2020	Junho de 2020
4	III Etapa	35 Etapa presencial com disciplinas de conteúdos específicos com carga horária prevista de 120h	Educandos	50	Novembro de 2020	Dezembro de 2020
5	IV Etapa	Etapa para elaboração do TCC com carga horária prevista de 152h	Educandos	50	Maio de 2020	Junho de 2020
6	Publicação de livros e artigos	Sistematização das pesquisas dos trabalhos de conclusão e experiências de campo;	ud	2	Julho de 2021	Dezembro de 2021

7	Elaboração dos relatórios parciais	Atualizações semestrais	ud	3	Abril e outubro de 2020	Abril de 2021
8	Elaboração de relatório final	Relatório final para expedição dos diplomas	ud	1	Agosto de 2021	Dezembro de 2021

PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A Universidade Federal Rural de Pernambuco não terá qualquer ônus financeiro na realização dessa pós-graduação. Esse projeto não terá qualquer gasto financeiro e todos os professores serão voluntários desse projeto.

BIBLIOGRAFIA

- ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Em: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli e MOLINA, Mônica C. Por uma Educação no Campo. Editora Vozes, 4ª edição. Petrópolis. 2004.
- ANTONIO, Clésio A e LUCINI, Marizete. Ensinar e Aprender na Educação do Campo: Processos Históricos e Pedagógicos em Relação. Cad CEDES, Campinas, vol, 27, n. 72, p 177-195, Maio/Agosto 2007
- BURAWOY, Michael "The Extend Case Method". Sociological Theory 16:1 March Berkeley. 1998
- CALDART, Roseli. A Escola do Campo em Movimento. Em: ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli e MOLINA, Mônica C. Por uma Educação no Campo. Editora Vozes, 4ª edição. Petrópolis. 2004
- CALDART, Roseli. Sobre Educação no Campo em: SANTOS, Clarice (org.) Por uma Educação do Campo. Campo –Políticas Públicas Educação. INCRA/MDA. Brasília, 2008.
- CALDART, Roseli S. A Escola do Campo em Movimento. *Currículo Sem Fronteiras*, v,3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003
- CALDART, Roseli (et. All). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, 2012, Rio de Janeiro.
- CUNHAL, Álvaro. *Contribuição para o estudo da Questão Agrária*. Lisboa: Edições Avante. 1976
- DE CARLI, Caetano. Sonhos de Abril. A Luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal. Os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. Tese de Doutorado. Coimbra. 2014
- DORNER, Peter. Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico. Ed. 70. Lisboa, 1972. Documento Final do II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, Luziânia, 2015.
- ENGELS, Frederic. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Boitempo, 2016.
- FURTADO, Celso (1974) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.
- FERNANDES, Florestan (1965) *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 4ª. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 6ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.
- GARCIA, Antônio. Reforma Agrária y Dominación social em Amerina Latina. Edição SLAP, Lima, 1970.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere (vol. 2: os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo). 4ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2006
- GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. Expressão Popular, SP, 2016.
- KAUTSKY, Karl (1986) *A Questão Agrária*. São Paulo: Ed. Nova Cultural.

MENDES, José Manuel (2003) "Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas", <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf> [10 de Julho de 2011]. Coimbra, 2003.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução em: MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Boitempo Editorial, São Paulo. 2010 145-158.

MARX, Karl (2008) *O Capital: crítica da economia política: livro III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MOLINA, Mônica e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Por uma Educação do Campo. Contribuições para um Projeto de Educação do Campo. vol.5. Brasília, 2004.

MORIN, Edgar. Os Setes Saberes Necessários à Educação do Futuro. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2000

Panorama da Educação do Campo – Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma ecologia dos saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 78. Coimbra. 2007 3-46.

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso Skylab" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 11, 10-60. 1983.

STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 4. ENFF, Guararema, SP, 2017

STÉDILE, JP. Coletânea de Textos da ENFF. no. 3. ENFF, Guararema, SP, 2017

STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 28. ENFF, Guararema, SP, 2017

STÉDILE, João Pedro. Coletânea de Textos da ENFF. no. 10. ENFF, Guararema, SP, 2017

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 19-38. 2013.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. Companhia das Letras, 1996.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

STÉDILE, João Pedro (Org.) (2005a) *A Questão Agrária no Brasil – volume 2*. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 3: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS. 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. (1991) *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.